ANEXO 9 – SANEAMENTO BÁSICO

Cláusula 1. O presente ANEXO se destina a regulamentar a aplicação de recursos em ações de saneamento básico.

Cláusula 2. Serão destinados R\$ 11.000.000.000,00 (onze bilhões de reais) para a execução das ações definidas neste ANEXO, sendo R\$ 7.540.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos e quarenta milhões de reais) destinados ao ESTADO DE MINAS GERAIS e R\$ 3.460.000.000,00 (três bilhões e quatrocentos e sessenta milhões de reais) destinados ao ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Parágrafo primeiro. O valor indicado no *caput* será pago conforme ANEXO 22 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR.

Parágrafo segundo. O ESTADO DE MINAS GERAIS nomeia, neste ato, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG) seu mandatário para receber, guardar e gerir financeiramente os valores a que se refere este ANEXO, cabendo à referida instituição financeira abrir uma conta bancária específica para tal destinação e ao ESTADO DE MINAS GERAIS indicá-la à COMPROMISSÁRIA, em até 15 (quinze) dias da HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL deste ACORDO.

Parágrafo terceiro. O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO nomeia, neste ato, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (BANDES) seu mandatário para receber, guardar e gerir financeiramente os valores a que se refere este ANEXO, cabendo a esta instituição financeira abrir uma conta bancária específica para tal destinação e ao ESTADO DO ESPÍRITO SANTO indicá-la à COMPROMISSÁRIA, em até 15 (quinze) dias da HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL deste ACORDO.

Parágrafo quarto. Não haverá qualquer responsabilidade da FUNDAÇÃO RENOVA, da COMPROMISSÁRIA e/ou das AÇIONISTAS e/ou suas PARTES RELACIONADAS (definição na Cláusula 94, parágrafo primeiro das CLÁUSULAS GERAIS deste ACORDO) com relação às decisões do ESTADO DE MINAS GERAIS e do ESTADO DO ESPÍRITO SANTO para o direcionamento dos recursos previstos neste ANEXO, tampouco qualquer compromisso ou obrigação de realizar novos aportes de valores para quaisquer das ações com recursos deste ANEXO.

Parágrafo quinto. As instituições financeiras estaduais designadas nos parágrafos segundo e terceiro anuirão com sua respectiva nomeação, por meio de instrumento próprio aprovado pelo respectivo COMITÊ ORIENTADOR, obrigando-se a cumprir todos os termos e condições previstos neste ANEXO, e empregando, na execução do mandato ora outorgado, a mesma diligência que empregaria na gerência de seus próprios negócios.

Parágrafo sexto. Em caso de impossibilidade, inviabilidade, insucesso ou qualquer frustração da atuação de qualquer das instituições financeiras estaduais designadas nos parágrafos primeiro e segundo, o estado respectivo indicará outra instituição financeira em substituição. Nesta hipótese, o respectivo estado também informará à COMPROMISSÁRIA da alteração, juntamente com os dados para depósito dos respectivos valores das parcelas seguintes conforme previsto no ANEXO 22 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR. A ausência de indicação dessa alteração pelo estado à COMPROMISSÁRIA não importará em novo pagamento de eventual parcela que seja depositada na instituição financeira anterior, devendo o respectivo estado diligenciar para que os recursos sejam transferidos à nova instituição, sem ônus para a COMPROMISSÁRIA.

Cláusula 3. A HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL deste ACORDO resulta na extinção do Programa de Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água (PG 32) e do Programa de Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos (PG 31), previstos nas Cláusulas 169 a 171 do TTAC, extinto por este ACORDO, assim como na extinção do Eixo Prioritário 9 e respectivas perícias e incidentes processuais relacionados e/ou apensos, e/ou obrigações correlatas, observadas as obrigações previstas no ANEXO 19 – TRANSIÇÃO E DO ENCERRAMENTO DOS PROGRAMAS, MEDIDAS, RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO ROMPIMENTO E SEUS DESDOBRAMENTOS.

Cláusula 4. São recursos deste ANEXO, além dos depósitos referidos na Cláusula 2, os resultados de aplicações financeiras realizadas com os recursos das respectivas contas vinculadas, a reversão dos recursos ainda não aplicados, constantes das referidas contas, e respectivos rendimentos.

Parágrafo primeiro. Os recursos financeiros depositados deverão ser aplicados pelas instituições financeiras em instrumentos de baixo risco, em títulos públicos federais, até que sejam utilizados conforme sua finalidade.

Parágrafo segundo. Deverá ser dada ampla transparência dos recursos alocados na conta de que trata o *caput*, bem como de toda a documentação utilizada para a liberação e para o pagamento das despesas do contrato.

Parágrafo terceiro. Para cumprimento da ampla transparência disposta no *caput*, os recebedores/beneficiários dos recursos deste ANEXO deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação atualizada em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), sem prejuízo da divulgação consolidada das ações pelos respectivos ESTADO DE MINAS GERAIS E ESTADO DO ESPÍRITO SANTO no Portal Único deste ACORDO, conforme ANEXO 21 – COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA.

Parágrafo quarto. A instituição financeira dará acesso a todas as informações relacionadas à aplicação dos recursos alocados na conta de que trata o *caput* quando demandada pelo respectivo COMITÊ ORIENTADOR ou pelos órgãos de controle.

Cláusula 5. Os recursos deste ANEXO serão geridos por um comitê orientador da conta do ESTADO DE MINAS GERAIS e um comitê orientador da conta do ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (denominados individualmente “COMITÊ ORIENTADOR” e, em conjunto, “COMITÊS ORIENTADORES”).

Cláusula 6. Os COMITÊS ORIENTADORES serão compostos por 2 (dois) representantes do respectivo ESTADO DE MINAS GERAIS ou ESTADO DO ESPÍRITO SANTO e 2 (dois) representantes da UNIÃO FEDERAL, sendo os representantes da UNIÃO FEDERAL, um da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos e outro do Ministério das Cidades.

Parágrafo primeiro. A secretaria executiva será exercida pelos respectivos ESTADO DE MINAS GERAIS ou ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Parágrafo segundo. São atribuições dos COMITÊS ORIENTADORES:

I. Diligenciar para a concretização das diretrizes firmadas neste ACORDO.

II. Propor a alocação dos recursos disponibilizados para saneamento básico, prioritariamente para estruturação e aportes em projetos de concessão ou Parcerias Público-Privadas (PPP) e, excepcionalmente, para a realização de obras pelo PODER PÚBLICO.

III. Prospectar e selecionar projetos que possam ser apoiados para o desenvolvimento de projetos de concessão, de PPP e para a realização de obras pelo PODER PÚBLICO.

IV. Estabelecer o valor a ser alocado para cada projeto.

V. Editar atos complementares para a execução das diretrizes.

VI. Representar ao Ministério Público Federal e ao respectivo Ministério Público Estadual, se identificados desvios.

VII. Monitorar as atividades desenvolvidas e avaliar os resultados obtidos.

VIII. Decidir os casos omissos.

Parágrafo terceiro. Competirá ao ESTADO DE MINAS GERAIS e ao ESTADO DO ESPÍRITO SANTO supervisionar a execução dos projetos apoiados nas suas respectivas delimitações territoriais.

Parágrafo quarto. Não haverá nenhuma responsabilidade da FUNDAÇÃO RENOVA, da COMPROMISSÁRIA e/ou das ACIONISTAS e/ou suas PARTES RELACIONADAS com relação à alocação dos recursos definidos neste ANEXO ou a nenhum outro tema ora relacionado, cuja decisão será de atribuição única e exclusiva dos COMITÊS ORIENTADORES.

Cláusula 7. As instituições financeiras indicadas pelos ESTADO DE MINAS GERAIS e ESTADO DO ESPÍRITO SANTO para a gestão financeira dos recursos, conforme Cláusula 2, parágrafos segundo e terceiro, terão como atribuições:

I. Administrar e dispor dos ativos em conformidade com as diretrizes fixadas neste ACORDO e emanadas pelo respectivo COMITÊ ORIENTADOR.

II. Apresentar ao respectivo COMITÊ ORIENTADOR, para sua aprovação, informações semestrais sobre a aplicação e relatório anual de utilização dos recursos.

III. Contratar auditores independentes e diligenciar para que estes preparem, anualmente, parecer acerca das demonstrações contábeis da utilização dos recursos.

Parágrafo primeiro. A remuneração e as despesas das instituições financeiras indicadas, relacionadas aos serviços de administração dos recursos deste ANEXO, serão fixadas em instrumento próprio, aprovado pelo respectivo COMITÊ ORIENTADOR e serão deduzidas do total de recursos alocados neste ANEXO.

Parágrafo segundo. Os custos decorrentes da atuação das instituições financeiras selecionadas para a gestão dos recursos nos termos deste ANEXO já compõem o valor total estabelecido na Cláusula 2, devendo ser considerados na aprovação dos projetos a serem financiados pelos recursos deste ANEXO e deduzidos do montante atribuído a cada estado.

Cláusula 8. A aplicação dos recursos deste ANEXO deverá ser direcionada ao apoio à universalização do saneamento básico nos municípios que pertençam à Bacia Hidrográfica do rio Doce no ESTADO DE MINAS GERAIS e no ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, e litoral norte do ESTADO DO ESPÍRITO SANTO e Anchieta/ES, conforme Apêndice 9.1, por meio do custeio dos estudos de estruturação de projetos de concessão e de PPP, dos instrumentos de planejamento, bem como da realização de aportes públicos nos referidos contratos de concessão e PPP, além de repasses aos titulares dos serviços para realização de obras públicas.

Parágrafo único. Nos casos de arranjos regionais que se estendam para além da Bacia Hidrográfica do rio Doce no ESTADO DE MINAS GERAIS e no ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, e litoral norte do ESTADO DO ESPÍRITO SANTO e Anchieta/ES, os aportes nos referidos contratos de concessão e de PPP, de que trata o *caput*, serão limitados ao valor dos investimentos necessários para universalização do saneamento nos municípios integrantes da Bacia Hidrográfica do rio Doce no ESTADO DE MINAS GERAIS e no ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, e litoral norte do ESTADO DO ESPÍRITO SANTO e Anchieta/ES.

Cláusula 9. A aplicação dos recursos deste ANEXO considerará as seguintes diretrizes:

I. Busca pela máxima eficiência da aplicação dos recursos de forma a alavancar os investimentos.

II. Destinação exclusiva a projetos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos urbanos e macrodrenagem.

III. Inclusão de prestação regionalizada, caso existente, inclusive organizada sob a forma de consórcios públicos intermunicipais ou outras formas de arranjos regionais.

IV. Busca pela modicidade tarifária ao longo da implementação dos projetos, inclusive por meio da exploração de atividades acessórias.

V. Inclusão de eventuais outorgas apenas para indenização pelos ativos não amortizados pelos atuais prestadores, observada a metodologia estabelecida pela Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA).

Cláusula 10. Todas as estruturas construídas com recursos indicados no presente ANEXO integrarão o patrimônio dos titulares dos serviços públicos de saneamento e deverão ser por estes conservadas.

Cláusula 11. As ações de que trata este ANEXO devem observar a regionalização estabelecida pelo respectivo governo estadual, na forma prevista pela Lei n. 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e no Decreto n. 11.599, de 12 de julho de 2023.

Cláusula 12. A operacionalização e a formulação de projetos de concessão ou de PPPs serão coordenadas pelos respectivos governos estaduais, em cooperação com a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal (SEPPI) e Ministério das Cidades, e realizadas pelas estruturadoras federais de projetos, com observância das diretrizes dadas pelo COMITÊ ORIENTADOR e a contratação pelos governos estaduais, mediante acordos de cooperação com o poder concedente.

Parágrafo primeiro. As estruturadoras federais de projetos a que se refere a Cláusula 12 acima são as do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES) e a do Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP Caixa), de que trata a Lei n. 13.529, de 04 de dezembro de 2017.

Parágrafo segundo. Outras estruturadoras de projetos poderão ser utilizadas, desde que contratadas pelo Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP Caixa), de que trata a Lei n. 13.529/2017, observada a garantia da qualidade e de isenção dos projetos estruturados.

Cláusula 13. Na estruturação de concessão ou de PPPs, poderão ser reconhecidas pelo Governo Federal, por meio do Comitê Interministerial de Saneamento Básico (CISB), no formato de bloco de referência, as propostas de regionalização apresentadas pelos governos estaduais às respectivas assembleias legislativas estaduais que atendam aos municípios abrangidos por este ANEXO, conforme Cláusula 8 e seu parágrafo único.

Cláusula 14. A aplicação dos recursos depositados deverá ser realizada de forma a apoiar o cumprimento das metas de universalização do saneamento básico estabelecidas na Lei n. 11.445/2007, nos seguintes moldes:

I. Atingimento de 99% (noventa e nove por cento) da população atendida com sistema de abastecimento de água e 90% (noventa por cento) com serviços de coleta e tratamento de esgotos.

II. Custeio dos estudos de estruturação de projetos de concessão e de PPP ou instrumentos de planejamento de saneamento.

III. Aportes para execução de obras públicas ou aporte aos contratos de concessão ou PPP.

Cláusula 15. Poderão ser estabelecidos instrumentos contratuais com estados e municípios nos casos de aportes para execução de obras públicas.

Cláusula 16. Os aportes de recursos aos contratos de concessão ou PPP deverão ser realizados de forma a aumentar a viabilidade dos projetos, ampliar as chances de universalização nas áreas economicamente menos favorecidas, promover a sustentabilidade social dos contratos e assegurar a busca pela modicidade tarifária.

Cláusula 17. Para aplicação dos recursos previstos neste ANEXO deverão ser observadas as exigências legais e as diretrizes do novo marco legal do saneamento básico.

Cláusula 18. A aplicação dos recursos deverá observar os seguintes instrumentos:

I. Os planos municipais ou regionais de saneamento básico.

II. O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Doce, observada a proposta de enquadramento dos corpos de água da bacia, segundo seus usos preponderantes e as diretrizes das agências reguladoras infranacionais competentes.

III. Os estudos técnicos para modelagem e concessão dos serviços de saneamento.

Cláusula 19. Após a aprovação e determinação dos COMITÊS ORIENTADORES, as instituições financeiras indicadas, às suas expensas, deverão providenciar, para cada projeto, a abertura de conta especial vinculada do tipo *escrow*, denominada “conta vinculada específica do projeto”, em nome do poder concedente, com as seguintes especificações: 1 (uma) conta bancária especial na modalidade *escrow*, de titularidade do poder concedente, de movimentação restrita, a ser realizada exclusivamente pelo agente depositário.

Parágrafo primeiro. No caso de realização de obras pelo PODER PÚBLICO, as instituições financeiras indicadas farão os repasses dos recursos aos titulares das obras, e poderão, a critério do COMITÊ ORIENTADOR, fazer a análise da viabilidade técnico-financeira dos projetos de engenharia e acompanhamento das obras, dentre outras obrigações a serem detalhadas em termo específico, atividades essas que serão remuneradas e previstas pelo termo citado no parágrafo primeiro da Cláusula 7.

Parágrafo segundo. Em caso de impossibilidade, insucesso ou qualquer frustração na aplicação, os recursos remanescentes, incluindo seus rendimentos, deverão ser devolvidos à conta específica ou instituição financeira indicada por cada um dos estados, conforme estabelecido nos parágrafos segundo e terceiro da Cláusula 2,

devendo o respectivo COMITÊ ORIENTADOR, responsável pela governança desta conta, propor nova destinação para os recursos.

Parágrafo terceiro. Caso a hipótese do parágrafo segundo desta Cláusula ocorra após a assinatura do contrato do projeto, os valores ainda não utilizados ficam preservados na conta vinculada específica do projeto até a definição da nova destinação pelo poder concedente.

Parágrafo quarto. Na hipótese prevista no parágrafo segundo, tal frustração não acarretará prejuízo à quitação concedida à FUNDAÇÃO RENOVAR, à COMPROMISSÁRIA, às ACIONISTAS e às suas PARTES RELACIONADAS.

Cláusula 20. O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Doce poderá colaborar com o desenvolvimento dos estudos necessários à universalização dos serviços de saneamento, bem como acompanhar a execução das atividades previstas.

Cláusula 21. Os COMITÊS ORIENTADORES comprometem-se a fornecer as informações necessárias para divulgar as ações desenvolvidas no Portal Único deste ACORDO, conforme ANEXO 21 – COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA.